

OS IMPACTOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO

Milca Isabelle Santos Carvalho¹
Geisiane Meireles Rocha¹
Daniele Mejia Cavalcante²

RESUMO

A temática proposta deste trabalho visa analisar os impactos da institucionalização no desenvolvimento cognitivo de crianças e adolescentes, através do estudo de caso de uma jovem de 14 anos, que residia em abrigo para adolescentes no Município de Porto Velho. A metodologia deste estudo pauta-se na Avaliação Neuropsicológica, como modo de compreender a dinâmica do desenvolvimento cognitivo. Também nos embasamos na psicanálise para compreender a influência da institucionalização na adolescência. Nesse sentido, a Neuropsicologia compreende a relação do comportamento e o Sistema Nervoso Central, pressupondo tanto o cérebro em condições normais e/ou patológicas. Os resultados obtidos através da Avaliação de Valentina³ demonstraram a existência de *déficits* significativos na área cognitiva, bem como na área social, apontando que as figuras afetivas constituídas nos primeiros anos de vida, tornam-se essenciais para seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Institucionalização, neuropsicologia, adolescente.

ABSTRACT

This thematic proposal this work aims to analysis the impacts of the institutionalization on the cognitive development of children and adolescents though the case study of a 14 years old girl who lived in a shelter for adolescents in Porto Velho city. The methodology this study is substantiated on neuropsychological assessment, as a way to understanding the dynamics of cognitive development. We also based on psychoanalysis to understand the influence of institutionalization in adolescence. In this sense, neuropsychological comprise the behavioral relationship and the Central Nervous System, presupposing both the brain under normal and/or pathological conditions. The results obtained through Valentina's⁴ Assessment demonstrated the existence of the significant deficits in the cognitive area, pointing out that the affective figure constituted in the first years of life, become for its development.

Keywords: Shelter, neuropsychology, adolescent.

INTRODUÇÃO

Apenas a partir da Constituição de 1988 e do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) que os direitos da criança e do adolescente foram conquistados. O ECA surge

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia/ILES-ULBRA Porto Velho

² Professora – Orientadora do Curso de Psicologia/ILES-ULBRA Porto Velho (alunosdaniele@yahoo.com)

³ Nome fictício a fim de preservar a identidade da paciente.

⁴ Fictitious name in order to preserve the identity of the patient.

com o propósito de melhorar as condições de abrigo, direcionando e reforçando o direito que o Estado dá às crianças e adolescentes, uma vez que, a proteção aos adolescentes e crianças passaram a se tornar primordiais (BORBA; PALUDO, 2010).

Explorando a temática da institucionalização, o objetivo deste estudo será norteado pela explanação de um estudo de caso, elaborado mediante a oferta da disciplina de Avaliação Neuropsicológica, do curso de psicologia da faculdade ILES/ULBRA Porto Velho, realizado no primeiro semestre de 2016. Portanto, este trabalho é oriundo da prática da disciplina cursada, que possibilitou analisar e apurar resultados em relação ao estudo de caso de uma jovem de 14 anos, que residia no abrigo para adolescentes em Porto Velho, e que fora encaminhada à avaliação por apresentar comportamentos agressivos, dificuldade em acompanhar às aulas e seguir regras.

A relevância deste estudo se caracteriza em três perspectivas: a primeira é acadêmica, concernida pelo próprio destaque da Avaliação Neuropsicológica que se tem tornado crescente na área da psicologia, sobretudo no Brasil, que obteve realce nos índices de pesquisas. A segunda dimensão pessoal tem por base expor o caso atendido por uma das autoras deste artigo, com o intuito de analisar a complexidade do dinamismo psíquico, de uma adolescente institucionalizada desde o seu nascimento. E por fim, o posicionamento social é norteado pelo reconhecimento de que, no interior das neurociências, a psicologia pode e deve ser inserida como um campo de saber que complementa o conhecimento neurológico, na mesma media em que dialoga com outras disciplinas.

REFERENCIAL TEÓRICO

O processo de institucionalização no Brasil inicia-se com o dever do Estado de garantir proteção, integridade física e emocional às crianças e adolescentes que perdem, seja efetivo ou temporariamente, a guarda dos pais ou responsáveis (BORBA; PALUDO, 2010).

Apesar do embasamento legal para melhores condições de acolhimento das crianças e adolescentes, sabe-se que nem todo abrigo possui características e estrutura para receber, cuidar, proteger e zelar pela vida desses sujeitos (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006). Independente do contexto, o que se pretende observar são as consequências do desenvolver de uma criança ou adolescente em um ambiente de abrigo, inclusive em crianças abrigadas desde recém-nascidas.

Notou-se que a institucionalização tanto de crianças como de adolescentes vem ocorrendo de modo precoce e prolongado, enfatizando que por detrás desse processo institucional existem sequelas invisíveis dos traumas e conflitos dos adolescentes (CAVALCANTE; MAGALHÃES; PONTES, 2007). Considera-se que a própria situação de abrigo favoreça a vulnerabilidade do adolescente. Além disso, o abrigo pode surgir como um ambiente provisório ao lar, ao passo que esses locais acolhem adolescentes e, também, pressupõem diversas consequências, sejam elas físicas e/ou psicológicas (ALTOÉ; SILVA; PINHEIRO, 2011).

No ambiente institucional é previsível que ocorram crises e instabilidades extremas por parte dos adolescentes, principalmente pela oscilação dos laços emocionais. Isso ocorre, geralmente, pela pouca interação, estimulação social e afetiva. Todavia, esses lugares se tornam ambientes de suma importância, ainda mais quando os adolescentes não possuem família biológica, no entanto, se faz necessário compreender que nesse processo é preciso contemplar a singularidade dos adolescentes e atender às suas necessidades (ALTOÉ; SILVA; PINHEIRO, 2011).

Os autores Siqueira e Dell'Aglio (2006) contribuíram significativamente para melhor compreender a influência e os impactos da institucionalização na vida desses sujeitos. Durante um bom tempo, os fatores que mais levaram crianças e adolescentes a receberem atendimentos institucionais, destacam-se: a violência e o abandono familiar (ARPINI, 2003). Este processo possui algumas críticas relevantes, como ressalta Bleger (*apud* ARPINI, 2003), ao considerar a institucionalização longe da proteção e amparo, com deveria, mas um meio de abandono e isolamento. Interessante notar que o filósofo e sociólogo Foucault e Goffman (*apud* ARPINI, 2003), consideraram em alguns de seus trabalhos os tipos de representações que o interno desenvolve na vida institucional, que são identificados pela aniquilação de sua identidade, a estigmatização e as dificuldades enfrentadas no processo de reinserção social.

Enfatizando que o ambiente em que as crianças e adolescentes são submetidos a ficar abrigados, trata-se de um local onde se encontram diferentes tipos de pessoas, personalidades, histórias, no qual carregam tristeza, dúvida, medo, intrigas e ausência de preparo profissional (ARPINI, 2003). É possível perceber o nível de estresse e ausência de estimulação emocional que esses sujeitos vivenciam no ambiente, no qual, influenciam significativamente no seu desenvolvimento cognitivo.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO E A ADOLESCÊNCIA

Em diferentes contextos culturais, os sujeitos se percebem em situações de impasses, tais como aquelas que dizem respeito aos cuidados e educação dos adolescentes, que por situações diversas os pais biológicos não efetivaram os cuidados parentais e que, conseqüentemente, tornaram os seus filhos institucionalizados (CAVALCANTE; MAGALHÃES; PONTES, 2007).

Segundo Oliveira e Fulgêncio (2010), a adolescência se caracteriza por uma fase de desenvolvimento, em que existe uma busca pela identidade e sexualidade. No entanto, também é nesta fase, que segundo Winnicott (1987) descreve que, a delinquência pode ser fruto da ausência de figuras paternas, como no caso dos adolescentes institucionalizados.

Seguindo na perspectiva do Winnicott (1987), a criança assim como o adolescente precisa passar pelo processo de identificação com as figuras parentais para o seu desenvolvimento. Além disso, quando o adolescente não apresenta referências dentro do lar, ele tende a procurar fora do lar na busca de segurança e equilíbrio. Em detrimento desta

carência de identificação, o adolescente tende a evidenciar o comportamento antissocial que é gerado em consequência da ausência de esperança do seio familiar, onde a privação de laços afetivos ocorre principalmente pela perda de referência identificatória ao longo da infância.

Seguindo a ideia da teoria psicanalítica, é fundamental a presença da mãe para que o bebê se desenvolva de forma saudável (HECHT; SILVA, 2009). Melanie Klein (*apud* OLIVEIRA, 2007), considera o corpo da mãe como o primordial e primeiro alvo de fantasia primitivas da criança, tais fantasias produz na criança a sensação de que é possuidora de tudo que lhe produz satisfação. Nesse sentido, as primeiras representações mentais do recém-nascido adotam a mãe como uma figura de apego, a partir da interação afetiva mãe-bebê (BOWLBY *apud* HECHT; SILVA, 2009).

Winnicott (*apud* HECHT; SILVA, 2009), considera que essa identificação primária estabelecida pela criança possibilita a condição de existir e, por conseguinte, provoca base para sua saúde mental. É importante ressaltar que a mãe é uma representação afetiva, principalmente por ser caracterizada pela mãe biológica, ou por alguma outra figura que transmita uma representação materna à criança. Considerando que apesar de haver um cuidador, o vínculo e as representações afetivas constituídas em um abrigo, não se assemelham a um ambiente familiar proposto pela psicanálise, sejam de familiares consanguíneos ou adotivos.

O desenvolver da criança institucionalizada desde seu nascimento acarreta graves consequências, no qual comprometem suas condições de vinculação com o meio ambiente, além de levar em consideração o despreparo das cuidadoras, bem como o distanciamento afetivo. Nesse sentido, a experiência da institucionalização reflete significativamente na saúde mental, emocional e física de crianças e adolescentes. Abrangendo, inclusive, o seu desempenho cognitivo (HECHT; SILVA, 2009).

Oliveira, Scivoletto e Cunha (2010, p.270) afirmam que “na infância e adolescência ocorrem alterações na atividade de várias regiões do cérebro como parte do processo de maturação”. Diante disso, considera-se que além da forma como a estrutura psíquica é desenvolvida, a partir da falta do vínculo afetivo materno em crianças institucionalizadas, o estresse vivenciado precocemente no ambiente, influencia no desenvolvimento cerebral e cognitivo desses sujeitos.

OS IMPACTOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO

Compreende-se que a ausência de referências afetivas nas primeiras fases do desenvolvimento infantil pode acarretar insegurança nas relações sociais, gerando prejuízos psicossociais, cognitivos e comportamentais (MACHADO; RUIVO, 2015), levando em consideração, adolescentes que vivem institucionalizados desde seu nascimento. É importante destacar os impactos no desenvolvimento cognitivo suscitados

em indivíduos residentes em abrigos. Van IJzendoorn (*apud* MACHADO; RUIVO) produziu uma meta-análise em que:

Contemplando 75 estudos, em 19 países, e abrangendo 3888 crianças e pré-adolescentes institucionalizados, refere a maior probabilidade destes, apresentarem atrasos significativos no desenvolvimento cognitivo, devido às próprias características ambientais; i.e., aos ambientes pobres em termos de estimulação, ausência de cuidados individualizados e de relações de vinculação funcionais nas instituições (2015, p. 134).

Assim, entende-se que indivíduos que vivem em instituições de abrigo possuem grande probabilidade de apresentarem dificuldades cognitivas, considerando o ambiente em que se encontram. Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007), destacam que a permanência prolongada de crianças em instituições de abrigo pode fortalecer as chances de gerar patologias físicas e psíquicas, assim como *déficits* cognitivos.

Machado e Ruivo (2015) ressaltam que a vinculação desinibida apresentada por sujeitos institucionalizados traduz-se em uma incapacidade na criação de relações próximas de confiança, na ausência de diferenciar respostas para figuras diferentes de adulto. Esse perfil de vinculação tem sido analisado em crianças institucionalizadas, independente da qualidade dessas instituições (RUTTER; AZIS-CLAUSON, 2011; RUTTER et al., 2011; SOARES et al., *apud* MACHADO; RUIVO, 2015).

O ambiente, assim como questões afetivas e biológicas, é fator influente para o desenvolvimento infantil. Quando se trata de fatores de riscos ambientais, os abrigos podem produzir impactos negativos para o desenvolvimento psicomotor infantil, nos quais podem gerar dificuldades nas relações sociais, insegurança, problemas de conduta, ansiedade, *déficit* de atenção e hiperatividade. Dentre os fatores que desencadeiam esses aspectos negativos, está relacionada a pouca qualificação por parte dos profissionais, o espaço ambiental reduzido, poucas oportunidades de estimulação sensorial adequada à criança em pleno desenvolvimento psicossocial (NASCIMENTO; PIASSÃO, 2010).

Para identificar o nível e a situação cognitiva de indivíduos nesse âmbito, pode ser possível realizar uma avaliação. A avaliação neuropsicológica, por exemplo, constitui um campo de conhecimento no qual trata a relação entre comportamento, cognição e a atividade do Sistema Nervoso Central em situações normais e/ou patológicas. Também podem ser realizados exames das funções cognitivas, a saber: memória, atenção, linguagem, funções executivas, entre outros (MADER, 1996). A Avaliação Neuropsicológica é multidisciplinar, para uma melhor compreensão da situação em que se encontra esse conjunto, que envolve comportamento, cognição em crianças e adolescentes institucionalizados, a avaliação neuropsicológica se torna um dos objetos essenciais a serem utilizados.

A partir dessas afirmações, será apresentado um estudo de caso de uma adolescente de 14 anos, pelo qual foi optado chamá-la de Valentina (nome fictício para manter

preservada a identidade da paciente), onde residia no abrigo para adolescente, desde recém-nascida na cidade de Porto Velho. E que foi submetida à Avaliação Neuropsicológica, a pedido da psicóloga da instituição de abrigo, a fim de compreender alguns comportamentos inadequados e identificar se há ou não *déficits* cognitivos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método indutivo foi utilizado para a pesquisa, no qual foram utilizados parâmetros psicométricos dos instrumentos neuropsicológicos para a avaliação cognitiva, assim como entrevistas *semidirigidas* para a análise qualitativa dos resultados.

O suporte da pesquisa bibliográfica permeou o processo de Avaliação Neuropsicológica, enfatizando as funções cognitivas, enquanto que a compreensão do desenvolvimento infantil partiu de uma interpretação psicanalítica.

Avaliação Neuropsicológica é a ciência que estuda a relação entre os fatores cerebrais, comportamentais e psicológicos. Objetivando avaliar as funções cognitivas, tais como a memória, a atenção, as funções executivas, a linguagem, a praxia, a visuoconstrução, o controle inibitório, a velocidade de processamento e a aprendizagem. Isto para que, posteriormente, sejam identificadas as funções que estão preservadas e/ou comprometidas. Com isso, os testes de Avaliação Neuropsicológica, possibilitam identificar alterações precoces do Sistema Nervoso Central, assim como o encaminhamento para a reabilitação (COSTA et al, 2004).

Nesse sentido, o presente trabalho foi realizado em seis encontros, sendo duas sessões de 50 minutos e quatro sessões de meia hora. No momento da realização dos testes, a paciente demonstrou interesse em fazer os exercícios propostos, apesar de que, no decorrer dos exercícios, reagia de forma impaciente. Queixava-se sempre que sentia dificuldades, de que não era capaz de realizar as atividades, para isso era necessário insistir e motivá-la para dar continuidade. De forma geral, cooperou apesar de alguns encontros, apresentar agitação e inquietação.

INSTRUMENTOS UTILIZADOS

As funções avaliadas foram linguagem (produção, nomeação e fluência verbal), atenção (sustentada e seletiva), habilidade Motora e visuoconstrutiva, memória (Verbal, visual, recente), velocidade no processamento de informações, aprendizagem e ansiedade. Quanto aos testes utilizados, foram o Teste de Nomeação de Boston, fluência verbal – categoria animais, Stroop Test Victoria, Habilidade construtiva, RAVLT – teste de aprendizagem auditivo-verbal de Rey, Figuras complexas de REY e o inventário de ansiedade de Beck (BAI).

PERFIL DA PACIENTE

Valentina com idade de 14 anos foi atendida para a Avaliação Neuropsicológica, onde residia no município de Porto Velho-RO, em um abrigo para adolescentes, na faixa etária entre 12 a 18 anos. Foi requerida a avaliação das responsáveis do abrigo, a fim de compreender e coletar dados da paciente, que possuía queixas quanto ao comportamento agressivo, dificuldades em acompanhar aulas e seguir normas e regras.

A paciente residia em abrigo próprio para crianças desde o seu nascimento, e posteriormente ao atingir uma determinada faixa etária foi encaminhada para um abrigo de adolescentes. Nascida no dia 22 de fevereiro de 2002, estava cursando o 5º ano do ensino fundamental em uma escola pública da cidade de Porto Velho. Ela possuía histórico de reprovação. A mesma queixou-se, durante a entrevista preliminar, em ser teimosa e agressiva com os demais, relatava muita impaciência em ter que viver no abrigo e que se estressava com as demais adolescentes que residiam no local. Afirmava também, ter dificuldades em todas as disciplinas na escola, na sala de aula dizia ficar “ansiosa” para sair e ver o que estava acontecendo do lado de fora. Relatava esquecer onde guardava seus objetos pessoais e o nome das pessoas.

Na escola, havia queixa de que Valentina não respeitava os professores, provocava os meninos e gostava de chamar atenção. Para a realização das provas, era necessário fazer em sala separada dos demais alunos, com uma acompanhante (na maioria das vezes com a Psicóloga da escola). A escola já havia entrado em contato com as responsáveis do abrigo para transferir a paciente para outra instituição de ensino, e também já havia sido transferida de uma sala para outra, por apresentar comportamentos que atrapalhavam as aulas. A mesma, no período em que foi realizada a avaliação fazia uso de medicação (Carbamazepina⁵, no período diurno e noturno).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Utilizando a análise qualitativa, no qual compreende o caráter multidimensional dos fenômenos e significados da experiência vivida (ANDRÉ, 1983), diante do caso relatado e em consonância com a teoria psicanalítica, adolescentes institucionalizados tendem apresentar o desenvolvimento cognitivo atrasado, diminuição de vínculos afetivos, ausência de figuras de confiança e pode apresentar falta de vinculação com o ambiente, o que foi detectado no caso de Valentina.

A Avaliação Neuropsicológica revelou que a paciente possui preservada a função da linguagem no âmbito da produção, nomeação e fluência verbal, função motora e a habilidade visuoespacial. No entanto, demonstrou rebaixamento e alteração na atenção sustentada com desorganização no fluxo de pensamento, na atenção seletiva, resistência à interferência e a impulsividade. Verificando que as próprias características contextuais

⁵ Fármaco utilizado para o tratamento de epilepsia.

da institucionalização favorecem a vulnerabilidade de Valentina, sendo que a mesma apresentou atenção e impulsividade abaixo da média.

A memória de curto e longo prazo, e a memória auditiva verbal apresentaram escores significativamente baixos, relacionados ao esperado para a faixa etária de Valentina, onde se observou a presença de um número de intrusões nos testes de memória, caracterizando alterações do lobo temporal medial. A orientação visuoespacial e a organização perceptiva apresentaram alterações. Quanto à escala do inventário de ansiedade de Beck (BAI), o nível de ansiedade da paciente apresentou nível moderado.

Posterior aos dados obtidos, por meio da avaliação e aplicação de testes e a apresentação dos resultados, foi proposta a devolutiva dos escores, onde foi enfatizado sobre a necessidade de estimulação de sua memória, que podiam ser exercitados através de jogos. Houve também a oportunidade de orientar as cuidadoras das possíveis atividades a fazer com Valentina, com intuito de estimular as áreas que apresentaram níveis abaixo do esperado, além de buscar motivação e interesse para conhecer o perfil das crianças e adolescentes que compõe o corpo do abrigo e, se possível, buscar mais informações a respeito de como melhorar as relações dentro da instituição. Com a adolescente, foi debatido sobre o que fazer quando estiver em um nível de estresse elevado, além de discutir a tentativa de socializar mais com demais colegas residentes do abrigo e com as cuidadoras, a fim de fomentar vínculos.

Diante as interpretações apresentadas, é possível perceber que a ausência de identificação com as figuras parentais favorecem um comportamento antissocial, como foi evidenciado durante a queixa na entrevista, de que Valentina era agressiva e não aceitava as regras impostas. Tanto que, as privações de laços afetivos possibilitam a construção de insegurança, dificuldades na interação, ensino aprendizagem e problemas de conduta e ansiedade, além de significativos *déficits* cognitivos.

CONCLUSÃO

Este trabalho buscou apresentar as consequências cognitivas do processo de institucionalização, evidenciado a partir da Avaliação Neuropsicológica de uma adolescente institucionalizada. Propondo fazer um entrelaçamento entre teoria e prática, incluindo, também, a perspectiva psicanalítica para a compreensão dos resultados de forma qualitativa, no qual considera essencial o vínculo afetivo materno nos primeiros anos de vida, para um desenvolvimento psíquico e cognitivo saudável.

Dito isto, as conclusões elencadas na devolutiva de Valentina retratam *déficits* cognitivos, que foram evidenciados pelo: baixo rendimento escolar, principalmente pelo histórico de reprovação, dificuldade de reter a memória e manter atenção, somando-se ao estresse elevado, proporcionado pelo próprio ambiente de abrigo, assim como a pouca existência de estimulação sensorial, favorecendo alterações do funcionamento cerebral.

No tocante ao comportamento e respondendo à queixa inicial (dificuldade em seguir normas e regras) a paciente demonstrou impulsividade e a não assimilação de padrão sócio cultural. O que é possível compreender, através da ausência das figuras parentais, inclusive da figura materna que é considerado pela psicanálise como a primeira representação afetiva, além dos estímulos precoces estressores do ambiente institucional, no qual favorecem à reações delinquentes, comportamentos antissociais, insegurança, alterações cognitivas, comportamentais, problemas de conduta e dificuldades na formação de laços afetivos (NASCIMENTO; PIASSÃO, 2010).

Diante disso, as figuras afetivas constituídas nos primeiros anos de vida, assim como as relações sociais tornam-se significativas e essenciais para uma constituição de SER. Portanto, o ambiente em que o indivíduo se desenvolve reflete consideravelmente em seus aspectos emocionais, cognitivos e psíquicos.

REFERÊNCIAS

ALTOÉ, S; SILVA, M; PINHEIRO, B,S. A inconstância dos laços afetivos na vida das crianças e adolescentes abrigados. **Rev. Psicol. Polít.**, v.11, n.21, p.109-122, 2011.

ANDRÉ, M. E. D. A. Texto, contexto e significado: algumas questões na análise de dados qualitativos. **Cadernos de Pesquisa**, n.45, p. 66 -71,1983.

ARPINI, D.M. Repensando a Perspectiva Institucional e a Intervenção em Abrigos para crianças e adolescentes. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 23, n.3, p. 70-75, 2003.

BORBA, R.C.A. G.; PALUDO, S. S. A institucionalização de crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária. **Âmbito Jurídico**, v.13, n. 78, 2010.

CAVALCANTE, L.I.C; MAGALHÃES,C.M.C; PONTES, F.A.R. Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. **Aletheia**, n.25, p. 20-34, 2007.

COSTA, D.I. et al. Avaliação neuropsicológica da criança. **Jornal de Pediatria**, v.80, n.2, p. 111-16, 2004.

HECHT, B.; da SILVA, R.F. P. **Crianças Institucionalizadas: a Construção Psíquica a partir da Privação do Vínculo Materno**. Rio Grande do Sul, 2009, 20 pg. disponível em <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0199.pdf> acesso em 30 de novembro de 2016.

MACHADO, T. S.; RUIVO, A. C. Indicadores de desenvolvimento em adolescentes institucionalizados: lares e infância e juventude vs centros educativos, **Acta do 13º Colóquio de Psicologia e Educação**, 2015, P. 132-143. Disponível em < http://cie.ispa.pt/ficheiros/areas_utilizador/user23/livro-atas_xiii_coloquio_internacional_psicologia_e_educacao_junho2015.pdf>acesso em 02 de outubro de 2016.

MADER, M. J. Avaliação neuropsicológica: aspectos históricos e situação atual. **Psicol. Cienc. Prof.**, v. 16, n. 3, p.12-18, 1996.

NASCIMENTO, R. do; PIASSÃO, C.. Avaliação e estimulação do desenvolvimento neuropsicomotor em lactentes institucionalizados. **Revista Neurociência**, v. 18, n. 4, p., 269 – 278, 2010.

OLIVEIRA, D.M; FULGENCIO, L.P. Contribuições para o estudo da adolescência sob a ótica de Winnicott para a Educação. **Psicologia em Revista**, v. 16, n. 1, p. 64-80, 2010. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v16n1/v16n1a06.pdf>>. Acesso em: 29 de setembro de 2016.

OLIVEIRA, M.P. de. Melanie Klein e as fantasias inconscientes. **Winnicott e-prints**, v. 2, n. 2, p. 1-19, 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679432X2007000200005&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 30 set. 2016.

OLIVEIRA, P. A. de; SCIVOLETTO, S.; CUNHA, P. J.. Estudos neuropsicológicos e de Neuroimagem associados ao estresse emocional na infância e adolescência. **Rev. Psiquiatr. Clín.**, v. 37, n. 6, p. 271-279,2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010160832010000600004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 1 de outubro de 2016

SIQUEIRA, A. C.; Dell’Aglia, D. D. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. **Psicologia & Sociedade**, v.18, n.1, p. 71-80, 2006. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822006000100010> acesso em: 30 de novembro de 2016.

WINNICOTT, D. W. (1987). **Privação e delinquência**. 5ª edição São Paulo: Martins Fontes, 2012, P. 344.